

A presença e o papel da religião nas Comemorações Centenárias de 1940

R I C A R D O D E B R I T O

Mestrando na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
ricardobritsz@gmail.com

Resumo: O Duplo Centenário de 1940 foi, possivelmente, o período de maior prestígio e fulgor do Estado Novo. A utilização destas comemorações pelo regime foi bastante evidente, tanto no seu planeamento como na forma como conseguiu usa-las como veículo de projecção ideológica e doutrinária. Mas foi também o ano da assinatura da Concordata com o Vaticano, colocando um fim à questão religiosa, iniciada pelo liberalismo e levada a um certo extremo pelos republicanos. Neste artigo tentar-se-á analisar a forma como a «religião» foi projectada, tanto pelo poder político quer pelas autoridades eclesiásticas e, noutra vertente, iremos também focar a forma como as artes plásticas representaram o tópico religioso.

Palavras-chave: Comemorações, Religião, Estado Novo, Concordata.

Abstract: The Double Centenary of 1940 was, probably, the greatest and most prestigious moment of the Estado Novo. The use of these commemorations by the regime was quite evident, using them as a vehicle to project certain ideological and doctrinaire ideas, structural to the regime. But it was also the year of the signature of the Concordata with the Vatican, putting an end to the religious question, initially started by the liberalism and taken out to a certain extreme by the republicans. In this article we will try to focus in a particular aspect of these commemorations, the «religion», and understand how it was used by the political and ecclesiastic's authorities; on the other hand, we will also try to show how the plastic arts represented the religious theme.

Keywords: Commemorations, Religion, Estado Novo, Concordata.

As comemorações do Duplo Centenário em 1940

O fenómeno comemorativo constitui um objecto de estudo particularmente importante (e interessante) para se aferir como, num determinado tempo, a sociedade vê e entende como seu o passado. Para isso recorre-se, tendencialmente, a um conjunto de mecanismos que permitem a *representação* do passado, sejam eles rituais, símbolos, memórias, entre outros. Poderíamos, inclusive, inserir as comemorações naquilo a que Eric Hobsbawm apelidou de “função social do passado”¹, na medida em que o acto de comemorar algo ou alguém pressupõe o reconhecimento de um momento pretérito no presente, comumente retirando-lhe uma mais-valia simbólica². De referir que, consoante a época, o regime político e a conjuntura, os momentos pretéritos «escolhidos» diversificam-se, dependendo sempre de uma escolha previamente estruturada e pensada, e com determinados fins. Deste modo, das características mais pertinentes das grandes comemorações, principalmente aquelas que tendem a lançar um olhar sobre o tópico «Nação», são, por um lado, a própria dimensão das festividades e, por outro, os momentos e personagens que se pretendem comemorar, isto é, aqueles que, por diversos motivos e num determinado momento, representam uma mais-valia para a solidificação de uma identidade nacional.

Nesta perspectiva, as comemorações são, regra geral, a parte mais *visível* da utilidade social que a História pode ter, apresentadas com um formato ritualista de evocação do passado, com o intuito de criar *representações simbólicas* no presente³. Para que o objecto que se comemora possua uma conexão com quem o observa, recorre-se à memória, seja ela colectiva ou individual, dependendo do que ou de quem se comemora. A *memória*, se por um lado funciona como elemento de construção e solidificação de uma *identidade* (colectiva ou individual), por outro lado, na sua vertente colectiva, surge também como *instrumento e objecto de poder*, quer na forma como se procede à selecção do que se vai comemorar, quer – talvez o mais importante – do que se vai optar por votar ao esquecimento⁴. Neste sentido, a própria noção de identidade depende da ideia de memória que se tenha, e vice-versa⁵. Todavia, para além de se observar o que se celebra ou o que se esqueceu, impõe-se que se veja a interpretação conferida ao objecto escolhido. Em que medida pode uma determinada visão do objecto

¹ Eric. J. Hobsbawm, «The social function of the past: some questions», in *Past and Present*, nº 55, 1972.

² Fernando Catroga, «Ritualizações da história», in *História da História em Portugal* (séc. XIX-XX), vol. II, [s.l.], Temas e Debates, 1998, p. 222. Este artigo, em toda a sua extensão, explana e interpreta o fenómeno comemorativo desde o século XIX, dando ênfase ao modo como as ideias positivistas, com base nos textos de August Comte, contribuíram para uma “sacralização cívica do tempo”, focando também todos os fenómenos comemorativos do Portugal contemporâneo. Optou-se, devido ao nosso objecto de estudo, não recorrer a uma introdução alargada a esta problemática oitocentista.

³ *Idem*, p. 221.

⁴ Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001, p. 55.

⁵ John R. Gillis, *Commemorations, The Politics of National Identity*, New Jersey, Princeton University Press, 1996, p. 3.

escolhido influenciar quem o observa? Que intenções encontramos por detrás de uma interpretação previamente estabelecida? Como se chega ao objecto escolhido?⁶

Não podemos, portanto, observar o fenómeno comemorativo como algo em que se explana um mero prazer contemplativo do passado, tanto de figuras como de acontecimentos. Se o acto de comemorar pressupõe uma *reapresentação* do passado, possuindo essa evocação uma fórmula em que o presente reconhece algum valor aos momentos pretéritos, havendo a possibilidade de lhes retirar uma mais-valia simbólica, poderíamos concluir que nos rituais de evocação do passado, neste caso as comemorações, elas são concebidas segundo os interesses do presente.

O Duplo Centenário da Fundação e da Restauração de Portugal, em 1940 – comemorou-se o oitavo centenário da Fundação e o terceiro da Restauração – inseriu-se, e aceitando as periodizações comuns, no momento de plenitude e de maior prestígio do Estado Novo, regime constitucionalmente formado em 1933. Embora este tenha sido o maior evento político-cultural do Estado Novo, e diga-se do Portugal contemporâneo, ele é o resultado mais visível de uma política que vinha a ser consolidada durante a década de 1930. Mas é, acima de tudo, o resultado último de um processo de reconfigurações pelo qual o nacionalismo português, nas suas diversas matizes e actores, registou sensivelmente a partir dos finais do século XIX, com a experiência do Ultimato inglês de 1890⁷. Observemos, e como também incidiremos sobre a componente expositiva, os grandes certames da década de 1930. Para além de uma estruturação institucional, constitucional (Acto Colonial, por exemplo) que contribuíram para a demonstração de como os ideais de Pátria e Império ganharam um maior culto e uma maior preponderância no discurso político, as exposições durante a década de 1930 serviram como o suporte mais visível de toda essa política. Há que referir, a nível internacional, a participação portuguesa na Exposição Ibero-Americana de Sevilha (1929) – ainda no período de Ditadura Militar, mas que foi uma primeira oportunidade para demonstrar um Portugal novo –, na Exposição Internacional de Paris (1937) – já com a presença de António Ferro – e na de Nova Iorque e S. Francisco, em 1939. Em todas estas exposições se pretendeu dar a conhecer um novo Portugal, um “Portugal restaurado”. Não obstante, foram as exposições a nível nacional que mais contribuíram em aprendizagem para o próprio regime no que concerne ao fenómeno

⁶ A utilização da historiografia (e da História enquanto produto último), que se autonomizou no século XIX enquanto disciplina própria, com o seu rigor e método, constituiu todo um suporte para a prática comemorativa e de recordação, pois com as suas escolhas, valorizações e esquecimentos, permitiu “fabricar” memórias, e através da sua ligação com o sistema educativo contribuiu para o apagamento ou secundarização de certas memórias, tendo, deste modo, um importante papel na refundação, socialização e interiorização de novas memórias. Assim, a historiografia serviu e serve como fonte produtora, e diga-se quase legitimadora, de memórias e tradições, conseguindo fornecer credibilidade científica a novos mitos de fundação ou refundação de grupos e, mais importante, da própria nação, permitindo chegar-se ao objecto que se pretende comemorar. *Vide*, Fernando Catroga, *op. cit.*, pp. 50-57.

⁷ Ernesto Castro Leal, «Nacionalismo Portugueses: Cultura e Política no Século XX», *Separata da Revista da Faculdade de Letras*, 5ª série, nº 26, Lisboa, 2002.

comemorativo e expositivo no que se refere à transmissão duma ideologia colonialista. Devemos por isso destacar três momentos⁸: a Exposição Colonial do Porto (1934), a tomada de Chaimite (1935) e a Exposição Histórica da Ocupação (1937). Ainda a assinalar as comemorações do Ano X da Revolução Nacional (1936). Todas estas exposições serviram de aprendizagem para o momento maior das Comemorações de 1940, a Exposição do Mundo Português. O Duplo Centenário de 1940 e tudo o que ele envolveu representou um ponto de chegada de uma doutrina política e de um imaginário colectivo que, tendencialmente, iria sofrer alterações, em certos aspectos, no período pós II Guerra Mundial.

O Duplo Centenário foi o momento perfeito para o regime do Estado Novo se afirmar como herdeiro de uma tradição colonial e, acima de tudo, imperialista. Este regresso ao passado, em contraste com comemorações onde os republicanos tiveram uma enorme importância (Centenário Camoniano), não serviu para contestar a decadência do presente, pois, ao invés, aproveitou-se para exacerbar a obra do presente, ou seja, do Estado Novo⁹. Também em contraste com as comemorações republicanas, onde havia uma grande participação de instituições fora do Estado, durante o salazarismo essas participações não são contempladas, fazendo com que todo o programa das comemorações seja controlado directamente pelo Estado¹⁰.

Se o ano de 1940, com estas comemorações em específico, foi o momento utilizado pelo regime para expressar um olhar sobre o passado nacional, projectando determinados elementos identitários para uma construção de uma identidade nacional, em que medida – e sendo este um regime de compromisso, e sendo também um regime saído de outro onde havia uma fricção, até determinada altura, com a Igreja Católica – foi projectado o papel da Igreja e da religião nas comemorações? Se por um lado existe um olhar sobre a religião no passado, por outro, que preponderância teve o presente, com a Concordata e o Acordo Missionário, nas comemorações?

As cerimónias comemorativas

Planeadas no momento de maior prestígio do regime, as Comemorações de 1940 permitiram, como já referimos, ao Estado Novo lançar um olhar sobre o passado, tal como permitiram a afirmação do próprio regime, tanto ao nível interno, como – e a questão da independência e da protecção das colónias era algo fundamental – a nível externo. Mas a afirmação do próprio regime tinha, na sua concepção, um fundo

⁸ Veja-se o artigo de João Carlos Paulo para períodos posteriores à década de 1930, «Exposições Coloniais», in ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, pp. 327-239 e Margarida ACCIAIOLI *Exposições do Estado Novo, 1934-1940*, [s.l.], Livros Horizonte, 1998.

⁹ Fernando Catroga, «Ritualizações da história», *op. cit.*, pp. 264-265.

¹⁰ Maria Isabel João, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, [s.l.], Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002, p. 184.

histórico fundamental, de perspectiva claramente historicista, como demonstra António Ferro ao dizer que

“... 1140 explica 1640, como 1640 prepara 1940. São três anos sagrados da nossa história, o ano do crescimento, o ano do renascimento e o ano apoteótico do ressurgimento! O que vamos festejar não é, portanto, apenas, o Portugal de ontem mas o de hoje, não é apenas o Portugal de D. Afonso Henriques e D. João IV, mas o Portugal de Carmona e Salazar (...) agora sim, porque o passado já não pesa tanto sobre o nosso presente, porque o passado e presente se medem e igualam”¹¹.

Se existe uma continuidade histórica, numa sucessão de cumes, onde passado e presente se medem e igualam, qual o foi papel da Igreja Católica neste percurso histórico? Partindo desta questão, qual foi, então, o papel da Igreja no desenrolar das festividades?

Devido à dimensão das festividades, existiu um enorme esforço por parte dos organismos do Estado na construção deste Centenário. Como afirma Júlio Dantas, presidente da Comissão Executiva, vários organismos participaram no planeamento das várias actividades festivas e, como é óbvio, na sua difusão¹². Não podemos deixar de constatar que é chamada a colaborar a Igreja, já evidenciando a sua dimensão estruturante no percurso histórico nacional e também focando a questão ultramarina. Tratemos, primeiramente, da participação da Igreja, enquanto instituição, no programa das festas.

O programa oficial das celebrações¹³ constitui um ponto de referência devido à sua estrutura, articulação e, acima de tudo, ao significado simbólico de todos os actos previstos. Projectadas para serem realizadas durante seis meses, de 2 Junho a 8 de Dezembro, as comemorações foram estruturadas em torno de três grandes épocas históricas: época medieval, época imperial e, por fim, época brigantina. Para cada um destes períodos, foram organizadas um conjunto de iniciativas que pretendiam recordar os principais acontecimentos e figuras históricas de cada época, com a particularidade de serem realizadas no cenário próprio. A Igreja, respondendo ao apelo das autoridades, propôs-se associar-se:

“oficialmente às comemorações centenárias, ordenamos que desde o princípio até ao fim destas, todos os reverendos sacerdotes de todo o império português e do Padroado dêem na Santa Missa a oração *pró gratiarum actione*, que se encontra no fim do missal, na competente missa votiva. Conhecido como é o programa oficial das comemorações, recomendamos

¹¹ António Ferro, «Carta aberta aos Portugueses» in *Revista dos Centenários*, Lisboa, Edição da Comissão Nacional dos Centenários, SPN, Ano I, Nº 1, Janeiro de 1939, p. 19.

¹² “Procurará a Comissão Executiva, a que presida, assegurar-se da colaboração das Repartições do Estado e dos corpos administrativos; da Igreja, a cuja sombra tutelar se criou a nação e se dilatou o Império; das Universidades...”, Júlio Dantas, «Alocução aos Portugueses», in *Revista dos Centenários*, op. cit, p. 16.

¹³ *Comemorações Centenárias. Programa Oficial*, 1940, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940.

aos nossos prezados cooperadores, em especial aos reverendos Párcos, que de harmonia com as autoridades ou comissões locais prestem a sua cooperação patriótica, para que as comemorações correspondam aos altos feitos que se comemoram”¹⁴.

Fruto deste sentido de cooperação próximo, encontramos assinadas, no ano de 1940, a Concordata e do Acordo Missionário. Esta participação integrou a publicação de uma pastoral colectiva, justificada na medida em que na memória nacional, e como elemento de identidade, a religião católica apresenta um pendor significativo, como não deixa de ser notado quando se refere que

“não é preciso forçar a interpretação dos acontecimentos, nem sequer recorrer a engenhosas combinações ou alegorias, para se reconhecer e afirmar que a fundação da nacionalidade portuguesa, primeiro do Condado e depois do reino de Portugal, tem as suas raízes na religião, e precisamente na religião católica, e que portanto os alicerces deste edifício oito vezes secular são essencialmente religiosos.”¹⁵

Um discurso evocativo da importância que a religião católica possuiu na formação e consolidação de Portugal enquanto realidade, é utilizado como argumento para a participação nas comemorações. Mas este apelo foi apenas um complemento ao apelo já feito por Salazar¹⁶,

“a voz do poder público, da autoridade civil”, pois embora “o apelo tão eloquente e tão justo, do Presidente do Governo Português não corresponderia à realidade histórica, se não fosse acompanhado do apelo da Igreja, porque Portugal não nasceu nem pôde consolidar-se sem ela, que amparou os primeiros passos e lhe sagrou a emancipação.”¹⁷

O início das comemorações teve lugar em Lisboa, a capital do Império, com um *Te Deum* na Sé Patriarcal de Lisboa, iniciativa esta que se registou, ao mesmo tempo, em todas as antigas igrejas matrizes do país e das colónias¹⁸. No dia 4 de Junho, a comemoração da Fundação de Portugal teve lugar em Guimarães, onde se registou uma missa campal e a cerimónia de hasteamento da bandeira. O período dedicado à época medieval prosseguiu com a “caminhada” do Presidente da República de Norte para Sul do país – fazendo lembrar a Reconquista –, onde podemos destacar o conjunto de actos solenes que evocaram a construção de Portugal, registando-se a preponderância para os factos mais emblemáticos conservados na memória colectiva e, como cenário privilegiado, monumentos e locais carregados de significado histórico,

¹⁴ *Pastoral Colectiva do Episcopado Português sobre as Comemorações Centenárias da Fundação e Restauração de Portugal*, 1940, p. 14.

¹⁵ *Idem*, p. 4.

¹⁶ Refere-se à «Nota Oficial da Presidência do Conselho», elaborada por Salazar. Veja-se a *Revista dos Centenários*, *op. cit.*, p. 2.

¹⁷ *Pastoral Colectiva*, *op. cit.*, p. 2.

¹⁸ Daremos, por ser esse o nosso objecto de estudo, primazia à exposição dos actos que se encontrem mais ligados ao factor religioso, não deixando de referir que, em todos os actos, existiu sempre um misto entre cerimónia cívica e religiosa.

como o antigo paço arquiépiscopal de Braga, Arcos de Valdevez, a Sé do Porto, a igreja de Santa Cruz de Coimbra e a sala dos Capelos da Universidade, a Sé e o castelo de S. Jorge em Lisboa, o local tradicional da batalha de Ourique e, por fim, o Sacro Promontório. Os festejos dedicados a Santo António também se encontraram integrados nesta época. A época imperial (23 de Junho) – a mais significativa, pois iniciou-se com a abertura da Exposição do Mundo Português, em Belém – teve como pontos altos as cerimónias evocativas à expansão marítima e a presença portuguesa no mundo. De destacar a inauguração da estátua de Pedro Alvares Cabral, em Lisboa, a homenagem ao Brasil, a missa pontifical e o acto imperial que decorreram na igreja do Mosteiro dos Jerónimos. A época brigantina (10 de Novembro) iniciou-se com uma peregrinação aos lugares históricos do movimento que culminou com a Restauração de 1640, em Lisboa. Prosseguiu com uma homenagem ao padre António Vieira, na igreja de S. Roque, e uma visita a Évora e aos locais onde decorreram as principais batalhas pela independência. A 1 de Dezembro, as cerimónias de encerramento das festividades terminaram da mesma forma como tinham começado, ou seja, com um *Te Deum* na Sé de Lisboa, havendo ainda um desfile das bandeiras da Restauração e dos estandartes dos municípios, das corporações, da Legião e da Mocidade Portuguesa perante o monumento dos Restauradores.

Observamos, portanto, que as cerimónias religiosas e a Igreja Católica desempenharam um papel fundamental nos actos comemorativos, havendo, deste modo, um modelo político e religioso de comemoração, o que possibilitou ao regime uma melhor veiculação dos seus valores ideológicos¹⁹. Porém, o papel que o clero desempenhou nas comissões centrais, dito de outro modo, as que estabeleciam os programas, não apresentava grande expressão, havendo apenas, na qualidade de presidente da Academia Portuguesa de História, o Professor António Garcia Ribeiro de Vasconcelos²⁰. Esta programação, e o seu conteúdo, são, em última análise, o espelho de um Estado que apesar de ser laico apresentou uma orientação católica evidente, aliando à separação jurídica uma colaboração estreita quando os interesses eram coincidentes²¹.

O ano de 1940 representou, também, o término da “questão religiosa” originada, primeiramente, com o liberalismo e agravada com o advento do regime republicano (isto se excluirmos o período pombalino com a questão dos jesuítas). Referimo-nos à Concordata e ao Acordo Missionário assinados no Vaticano em 7 de Maio de 1940²². Este facto não deixou de ter um significado simbólico, pois numa altura em que Portugal comemorava o seu oitavo centenário enquanto Nação – levamos ao

¹⁹ Maria Isabel João, *op. cit.*, p. 386.

²⁰ Idem, p. 200.

²¹ Manuel Braga da Cruz, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1998, p. 15.

²² Manuel Braga da Cruz, «As negociações da Concordata e do Acordo Missionário de 1940», in *Análise Social*, vol. XXXII, 1997.

extremo a abrangência deste conceito –, reconciliava-se, de forma significativa, com a sua própria tradição católica.

Sobre esta questão são significativos os apontamentos entregues por Salazar aos directores dos jornais sobre o «Sentido e oportunidade da Concordata», onde explana os princípios fundamentais desta *Concordata de separação*. Podemos registar as considerações de Salazar em torno da assinatura da Concordata e da sua posterior publicitação em torno de dois tópicos essenciais: por um lado, no plano ultramarino, a dimensão do Acordo Missionário para a política colonial e, por outro, a reconciliação Nação com o catolicismo. Um dos pontos essenciais deste comunicado foi precisamente a “necessidade absoluta da Concordata para a defesa da soberania e do prestígio no ultramar” (E-I), afirmando que “tornava-se indispensável e urgente acudir à desorganização religiosa, sendo evidente que o Estado português nunca poderia por si só, sem o auxílio e favor da Santa Sé, realizar uma obra de organização e defesa eficaz da posse espiritual das nossas colónias exercida por portugueses, como era de interesse manifesto da nossa soberania” (E-I). No seu discurso à Assembleia Nacional (E-II), acrescentou que o Acordo Missionário veio “simplesmente completar a obra política do Acto Colonial com a sanção da posse espiritual conferida pela Santa Sé e com a nacionalização da obra missionária, que se integra definitivamente na acção colonizadora portuguesa”, acrescentando ainda que “o Padroado do Estado Português em territórios estranhos à sua soberania é o público reconhecimento da nossa evangelização e marca através dos tempos o prestígio espiritual dum povo que, alargando pelo mundo as fronteiras da pátria, ainda estendeu mais a fé do que o Império” (E-II). No outro ponto, é significativo o pendor histórico do discurso, quando afirma que “a primeira realidade que o Estado tem diante de si é a formação católica do povo português; a segunda é que a essência desta formação se traduz numa constante da história” (E-II). É desta forma, e com a assinatura dos dois textos, que existe “um regresso à melhor tradição, reintegrar Portugal na directriz tradicional dos seus destinos”, o que levou que os “altos domínios da espiritualidade” fossem os “mesmos de há oito séculos” (E-II). Também o Cardeal Patriarca de Lisboa, Gonçalves Cerejeira, entendeu o significado e alcance destes acordos, sublinhando explicitamente a ligação ao Duplo Centenário quando refere que

“não podia o ano áureo das Comemorações centenárias da Fundação e da Restauração da Nacionalidade Portuguesa ter melhor pórtico de entrada que a assinatura da Concordata e do Acordo missionário (...) Um reintegra Portugal nas fontes da sua vida espiritual; e outro consagra-lhe a sua vocação missionária. De ambos os modos, é a Nação que interiormente se restaura, renova e lança no Ultramar à conquista cristã e portuguesa das almas.”²³

²³ Todos os textos citados encontram-se reunidos, mais o «Parecer da Câmara Corporativa», e com as indicações colocadas no corpo do texto na revista *Brotéria*, vol. XXX, Lisboa, Janeiro - Junho, 1940, pp. 648-683.

Existe ainda a assinalar, sobre estes acordos e em conjugação com as festividades do centenário, a Encíclica de Pio XII²⁴. Emitida a 13 de Junho (Festival de Santo António em Lisboa) de 1940, afirma-se que “as actuais celebrações centenárias coincidem providencialmente com um período de renascimento espiritual do povo português”, sublinhando ainda que os acordos assinados “prometem tempos ainda melhores”²⁵.

A Exposição do Mundo Português

No quadro geral das comemorações, a Exposição do Mundo Português revelou-se como o símbolo mais significativo de todas as festividades, não só pela sua dimensão mas também pelo seu conteúdo. Nas palavras de Augusto de Castro, Comissário Geral da Exposição, ela foi “uma síntese da civilização portuguesa e da sua projecção universal”²⁶, e fazendo ainda referência ao «lugar de memória» por excelência do imaginário nacional onde a Exposição foi erguida (Belém)

“foi daqui, Eminência (o orador dirige-se a Sua Eminência o Sr. Cardial Patriarca), que a Cruz de Cristo – a mesma que orna, sob um grilhão de oiro, a Vossa púrpura cardinalícia, a mesma que o facho divino de Roma ilumina há dois mil anos e que Deus confiou a Portugal para evangelizar, para erguer, para defender, através das tormentas das ondas e dos homens, a Religião e o Império – foi daqui que ela partiu na proa das Descobertas, para a conquista e para o resgate de mais de metade da Terra!”²⁷.

Descobrimientos e o posterior Império foram as temáticas mais abundantes em todo o certame. No entanto, podemos concluir, apesar de já termos observado o discurso das autoridades eclesiásticas, que também o Estado se apropriou de um discurso onde a religião possuía um papel preponderante, mormente no que diz respeito a uma influência da religião católica na história nacional²⁸.

A representação da temática religiosa nas diferentes artes plásticas utilizadas na Exposição é uma constante²⁹. Iremos apenas focar dois objectos: o primeiro conjunto,

²⁴ «Epistola Encíclica de S. Pio XII», in *Boletim Geral das Colónias*, ano XVII, nº 187, 1941, p. 89-102.

²⁵ Idem, p. 92.

²⁶ Augusto de Castro, *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade nacional*, Lisboa, Edição da Empresa Nacional de Publicidade, 1940, p. 18.

²⁷ Idem, p. 62-63.

²⁸ Não deixa de ser significativa a presença religiosa, com uma cruz cruzada sobre uma espada, no Escudo dos Centenários, o logótipo oficial das Comemorações (Anexo 1). No que concerne a um imaginário vivencial, o registo para o artigo escrito pelo Padre Moreira das Neves, «Uma Cruz basta para dizer, na História, quem é Portugal» in *Revista dos Centenários*, Nº 14, 29 de Fevereiro de 1940, Ano II, pp. 10-13. Aqui, propunha que se erguesse um cruzeiro de pedra em todas as localidades que aderissem às festividades do Duplo Centenário.

²⁹ O estudo de Margarida Acciaiuoli, anteriormente citado (nota 7), foca-se essencialmente, mas não só, nos aspectos arquitectónicos e artísticos deste certame. Devido ao volume de obras em apreço e de pavilhões, iremos apenas focar algumas das mais significativas. Também sobre este ponto de vista da representação da temática religiosa, mas mais uma vez não só, *Vide* Luís Ángel Sánchez-Gómez, «Imperial faith and catholic missions in the grand exhibitions of the *Estado Novo*», in *Análise Social*, vol. XLIV, 2009, pp. 671-692.

inserido no Pavilhão dos Descobrimentos e por sua vez na Sala D. Manuel, é o grupo escultórico “D. Manuel, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral”, do artista Canto da Maia; o segundo, devido à sua dimensão e significado, será o Padrão dos Descobrimentos.

O primeiro, inserido na Sala D. Manuel, construída por Cottinelli Telmo, foi considerado por muitos como uma das melhores peças de estatuação da época. Constituída pelas figuras de D. Manuel, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, ela possuía o significado simbólico de reproduzir um dos maiores períodos da história nacional, os Descobrimentos. Simbolizava os diferentes vértices da expansão marítima portuguesa, Brasil e Índia, mas para o nosso caso em apreço importa ver a figura de D. Manuel, que se numa mão segura uma esfera armilar, na outra segura um terço. Expansão e Fé reunidos numa mesma peça. Pelo conjunto e pelo seu significado, esta escultura foi entendida como se tivesse “a grandeza de uma bela síntese histórica”³⁰.

O Padrão dos Descobrimentos, que no dizer do Guia Oficial “evoca a figura do Infante D. Henrique e da plêiade de navegadores, guerreiros, santos, poetas e de todos aqueles que ergueram alto o nome de Portugal. É o grito da Exposição, e uma síntese do nosso passado glorioso”³¹, foi um dos símbolos mais emblemáticos deste certame³². A concepção deste monumento ficou a cargo de Cottinelli Telmo – arquitecto chefe da exposição – e teve a colaboração de Leopoldo de Almeida para a modelação das figuras, obedecendo a uma orientação estética que, em 1934, Cottinelli tinha estabelecido³³. Aqui, ele criticava os monumentos anteriores na forma como eram concebidos, “um pedestal com um figura em cima e várias estátuas alegóricas em baixo”, afirmando, ainda, que as figuras assumiam posições e atitudes convencionais. Por isso, defendeu que este tipo de monumentos deveria partir de uma *ideia*, dando-lhe, em seguida, a devida *forma*. Composto por 15 figuras de cada lado, entre navegadores, guerreiros e frades das companhias marítimas, ilustrando-os o levantamento de um padrão, sendo que na parte direita eram representados cientistas, pintores, escritores e poetas, inclusive Camões. De destacar a única mulher presente, Filipa de Lencastre. Todas estas figuras encontravam-se atrás, e de certa maneira ajoelhadas, perante a figura do Infante D. Henrique, que segurava uma caravela e um mapa, sendo que o monumento em si era

³⁰ Margarida Acciaiuoli, *op. cit.*, p. 158.

³¹ *Guia da Exposição do Mundo Português*, Lisboa, 1940, [s.p.].

³² Existia a ideia de voltar a abrir a Exposição na Primavera de 1941. Porém, um ciclone destruiu ou danificou grande parte dos pavilhões, que, na sua maioria, foram construídos em estafe e com armações de madeira por dentro, logo, em materiais perecíveis. O Padrão dos Descobrimentos também sofreu grandes danos, inclusive a estátua do Infante, que caiu no rio. Fruto de um não consenso em torno da construção de um monumento ao Infante D. Henrique, em Sagres, durante a década de 1930 – Salazar rejeitou três propostas –, nas comemorações do V Centenário Henriquino, em 1960, decidiu-se por voltar a erigir, agora em pedra, o Padrão da Exposição. Sobre este centenário veja-se Sérgio Campos Matos, «O V Centenário Henriquino (1960): Portugal entre a Europa e o Império», in *O fim da II Guerra Mundial e os novos rumos da Europa* (coord. António José Telo), Lisboa, Ed. Cosmos, 1996, pp. 153-169.

³³ Cottinelli Telmo, “O que costumam ser e o que poderiam ser os monumentos comemorativos”, in *O Diabo*, Lisboa, 16 de Setembro de 1940, p. 9.

uma caravela, que se encontrava sob o signo da Cruz e Espada (veja-se a entrada do edifício). Momento de síntese que retrata todo um passado que se pretendia evocar, enfatizando-o de forma a servir os pressupostos do regime, “petrificando” a «gesta histórica» dos Descobrimentos num monumento, permitindo aos visitantes observar o que foi o nosso passado, projectando esse mesmo tempo pretérito no presente e para o futuro. Tentou-se transmitir a ideia de grandeza, de um momento que já não volta, levando o visitante ao Império que muitos sabiam existir, mas do qual não possuíam conhecimento palpável. Tornar visível a ideia do que foram os Descobrimentos, demonstrando o padrão das pessoas que o fizeram, foi, a nosso ver, o intuito do Padrão dos Descobrimentos³⁴.

Já aqui mencionámos a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário. Ora, como é que estas questões, principalmente a vertente missionária, foram retratadas no certame? Observemos a Secção Colonial da Exposição. Esta secção era composta pelo Jardim Colonial (ainda hoje existente) onde se tentou recriar um ambiente tropical, distinguindo-se, desta forma, de todos os outros espaços da Exposição. O seu organizador foi o Capitão Henrique Galvão, que já possuía experiência em outros certames, como a Exposição de Paris (1931) e a Exposição Colonial do Porto (1934). Tentou-se nesta secção recriar os vários modos de vida dos povos das colónias, não só com a vinda dos autóctones das próprias colónias como com as suas respectivas construções habitacionais e ambientes próprios. Foi, devido à nudez das mulheres, o espaço com mais visitantes de toda a Exposição³⁵. É neste ambiente que se encontra o Pavilhão das Missões Católicas. Composto por uma igreja, um claustro, uma sala do Espírito Santo e uma sala de documentação, este conjunto pretendia “fornecer um modelo arquitectónico de Missão Católica portuguesa para as nossas Colónias juntando os elementos de simplicidade, pobreza e bom gosto que tão bem ficam numa Missão”³⁶. Se por um lado este edifício continha um espaço dedicado à memória dos missionários falecidos ao serviço da *Causa*, também é certo que a parte mais importante, mais expositiva, de todo este conjunto foi a demonstração ao vivo do que eram as missões no presente, pois “a Missão, situada no centro de um arco de aldeias indígenas será dirigida por missionários que junto dos indígenas presentes na Exposição exercerão o seu sagrado ofício. Funcionara assim com uma Missão viva, oferecendo aos visitantes mais uma imagem sobre a vida missionária portuguesa no Ultramar.”³⁷

³⁴ Não deixa de ser significativo que o Padrão dos Descobrimentos sendo um dos maiores «representantes» da forma como o Estado Novo pensou e construiu um imaginário do passado nacional, seja hoje um ponto de referência turístico da cidade de Lisboa.

³⁵ Não se encontrou por parte da Igreja nenhum documento ou referência contra a nudez das mulheres.

³⁶ Cf. Henrique Galvão (dir.), *Exposição do Mundo Português, Secção Colonial*, Lisboa, Neogravura, [s.d], p. 279.

³⁷ *Idem*, *Ibidem*. Segundo Ángel Sánchez-Gómez, *op. cit.*, p. 685, a existência de tal prática, isto é, evangelização ao vivo nos recintos das exposições coloniais, é inexistente em outros certames internacionais do mesmo tipo, normalmente mostrando-se o «sucesso» final das missões.

*

As comemorações do Duplo Centenário de 1940 tiveram um pendor religioso bastante evidente. Nos discursos, tanto da parte do poder político como da Igreja Católica, registou-se uma confluência de interesses que permitiu que o catolicismo tivesse um lugar de destaque, não só na revisão do percurso histórico da Nação como no presente imediato. Significativa foi a assinatura da Concordata e do Acordo Missionário, que não só assumiram o significado simbólico do término da questão religiosa que se tinha iniciado com o liberalismo, mas também da separação jurídica entre ambas instituições; o Acordo Missionário foi, em última análise, a *continuação da obra política* do Acto Colonial, consolidando desta forma as posições coloniais e imperialistas do Estado Novo.

Se é certo que dentro da doutrinação do nacionalismo do Estado Novo encontramos a referência ao catolicismo, constatamos que essa vertente se tornou evidente durante as festividades das comemorações, e, mais ainda, na consciência histórica que se tentou passar, na medida em que uma observação atenta da Exposição do Mundo Português nos permite identificar uma dimensão religiosa em quase todos os conjuntos artísticos expostos. Podemos assumir que a Igreja Católica e a questão das Missões foram usadas pelo Estado como veículos de doutrinação, servindo assim os propósitos do regime. Isto encontra-se patente na forma como as comemorações foram estruturadas, na medida em que apesar de haver cerimónias religiosas, estas obedeciam sempre a um calendário previamente estudado e projectado pelo poder político.

Podemos identificar, portanto, que no discurso do Estado o pendor religioso é estrutural, tanto na forma como este é identificado no percurso histórico, como também o é no aspecto da doutrinação. Os conceitos de Fé em articulação com o de Nação são os aspectos fundamentais mais projectados.

Anexos



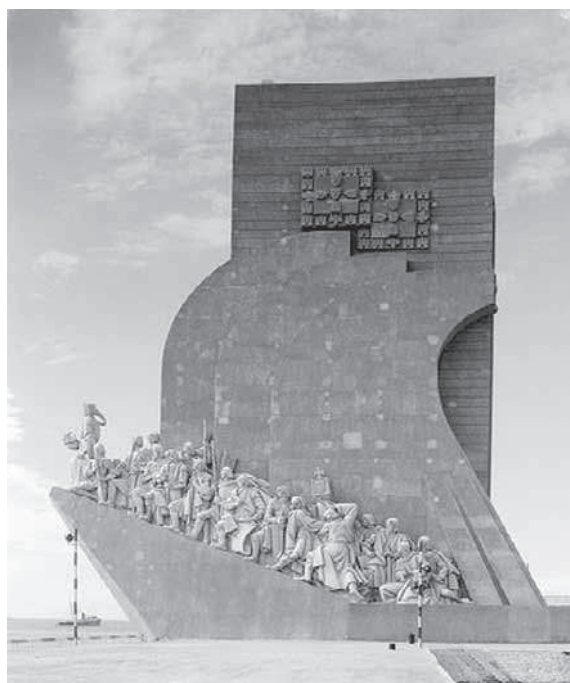
Anexo 1:

Escudo dos Centenários, in *Revista dos Centenários*, Nº 1, 1939.



Anexo 2:

Conjunto de Canto da Maia, in *Os anos 40 na Arte Portuguesa*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1982, p. 63.



Anexo 3:

Padrão dos Descobrimentos. Fotografias de Mário Novais. Galeria de Biblioteca de Arte – Fundação Calouste Gulbenkian (<http://www.flickr.com/photos/biblarte/2679888916/in/set-72157606234802424/>, 8 de Junho de 2009).



Anexo 4:
Imagens (postais)
da Capela e Igreja
das Missões;
coleção particular.